

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____/2017.

(Do Sr. Givaldo Vieira)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento a fim de ouvir representantes dos setores da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759/2016, ou seja, a regularização fundiária. Este evento se destina, mais especificamente, à discussão da regularização fundiária urbana, para o qual sugiro sejam convidados:

- Representante do Ministério das Cidades
- Senador Romero Jucá, relator da Medida Provisória
- Representante do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU);
- Sr. Guilherme Boulos, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto;
- Profª Ermínia Maricato, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP); e
- Sra. Cassandra Maroni Nunes, ex-Secretária da Secretaria do Patrimônio da União.

JUSTIFICAÇÃO

A intenção da Medida Provisória é instituir um novo marco regulatório da regularização fundiária. A princípio, os novos conceitos, instrumentos e procedimentos dialogam pouco ou nada com os já existentes. Acontece que – embora com reconhecíveis percalços – o trabalho de regularização fundiária estava em curso no Brasil, instruído por legislação e regulamentos específicos. Mais precisamente, deve-se registrar o Capítulo III da Lei nº 11.977/2009, que tratava especificamente da regularização fundiária de assentamentos urbanos e foi integralmente revogado pela Medida Provisória. Além disso, a Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, também foi colocada em suspenso, exceto seus dispositivos penais.

Embora se deva reconhecer que o tema trazido à baila pela proposição seja de fato de grande relevância, bom seria que viesse por meio de

projeto de lei a fim de permitir uma discussão não premida pela urgência de que se reveste uma medida provisória. Seja como for, entendemos de fundamental importância dar a oportunidade de ouvir os operadores e até mesmo os demandatários da regularização fundiária no Brasil a fim de que se construa um Projeto de Lei de Conversão o mais que possível consensuado entre diversos atores. Assim, conto com o apoio dos pares deste Colegiado para que se viabilize a realização desta importante reunião de Audiência Pública.

Sala da Comissão, em de março de 2017.

GIVALDO VIEIRA
Deputado Federal PT/ES